

A TERRITORIALIDADE MIRANHA NOS RIOS JAPURÁ E SOLIMÕES E A FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA¹

Priscila Faulhaber²

RESUMO - Trata-se de apresentar neste texto um estudo histórico-anropológico sobre a territorialização de Miranhas e Uitotos que vieram do divisor de águas dos rios Caquetá e Putumayo. Uma parte desta região atualmente é território da Colômbia e outra parte pertence ao Peru. Estão reconhecidas oficialmente, no Brasil, as terras indígenas Méria, Miratu e Cuiú-Cuiú, cujos habitantes contam o percurso pelo Japurá no início do século XX, onde já existiam Miranhas que haviam migrado em momentos anteriores. A partir de depoimentos e de pesquisa etnohistórica, mostra-se como a etnia Miranha aparece como etnia preponderante, embora nesta terra se encontrem outras identidades indígenas. O cotejamento da memória social e dos documentos históricos leva a observações sobre a formação de territórios Miranhas, a sujeição destes índios e suas representações da nacionalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialização, Nacionalidade, Identidades indígenas.

ABSTRACT - The aim of this article is to present a historic and anthropological study of the territoriality of Miranha and Uitoto Indians that came from the watershed between the Caquetá and Putumayo Rivers at the beginning of the twentieth century. One part of this region today is the territory of Colombia and the other part belongs to Peru. The Brazilian indigenist police officially recognises the Miranha indigenous areas of Meria, Miratu and Cuiú-Cuiú, whose inhabitants recall the translocation route along the Japurá at the beginning of the twentieth century where there were already Miranhas who had migrated in earlier times. Based on reports and ethno-historical research, Miranha appears as the major ethnic group although other ethnic identities are found in this area. The comparison of the social memory and historical documents leads to

¹ Seminários do DCH. Comunicação. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi/Deptº de Ciências Humanas, 1995, 25 nov.

² PR-MCT/CNPq. Museu Paraense Emílio Goeldi - Deptº de Ciências Humanas. Pesquisadora. Caixa Postal 399, CEP 66017-970. Belém-PA.

observations about the formation of Miranha territories, the subjugation of these Indians and their representations of nationality. -

KEY WORDS: Territoriality, Nationality, Indigenous identities.

APRESENTAÇÃO

Neste artigo será apresentado um resumo dos resultados de uma pesquisa sobre a territorialização da etnia Miranha no Brasil. A partir de uma pesquisa etnográfica iniciada em 1980, na qual se entrou em contato direto com representantes deste grupo étnico (Faulhaber 1983, 1987a), foram colocadas questões que despertaram interesse para uma pesquisa histórica sobre os motivos dos deslocamentos do local onde viviam no início do século, na terra do divisor de águas entre o Caquetá e Putumayo, região disputada na época entre os estados nacionais Colômbia e Peru.

Em diversos depoimentos, eles indicaram que vieram ao Brasil, fugindo dos caucheiros colombianos. Esta afirmação parecia contraditória com as fontes bibliográficas produzidas sobretudo por ingleses e colombianos, nas quais são registradas denúncias sobre o genocídio cometido por agentes da Casa Arana, ou Companhia da Amazônia Peruana (Amazon Rubber Company), que declaradamente se dizia promover a civilização em meio à selva, atuando como representante dos interesses nacionais peruanos³.

Isto motivou uma pesquisa documental sobre a história Miranha em território brasileiro. Nesta pesquisa, foram buscadas também fontes sobre a etnia Miranha na Colômbia, de onde eles haviam se deslocado, na tentativa de elucidar os motivos destes deslocamentos e a rede de relações entre atores com os quais interagiram. Nos arquivos consulares, foram documentadas denúncias, por parte de peruanos e colombianos, relativas ao negócio clandestino de escravos indígenas por comerciantes brasileiros. Estas denúncias continuaram se registrando até o século XX, quando a escravidão - de índios, negros ou brancos⁴, já havia sido proscrita por lei.

³ A Casa Arana tem sido apontada como um exemplo histórico da instituição na Amazônia de relações sociais de sujeição, inculcadas pela "cultura do terror" (Taussig 1983).

Em diversos estudos atuais, produzidos por antropólogos e historiadores colombianos, são registradas e analisadas informações sobre os atos de resistência Miranha e de outras etnias do Caquetá Colombiano⁵. Nestes estudos, é indicado o discurso, por parte de representantes da Colômbia, de que o “tráfico de escravos indígenas” por comerciantes brasileiros continuou até o século XX. Estas informações indicam conexões entre a história Miranha no Brasil e na Colômbia. A pesquisa histórica revela, no entanto, que estes negócios clandestinos eram realizados tanto por comerciantes do Brasil, quanto da Colômbia e do Peru, os quais inclusive travavam entre si relações mercantis. As denúncias por parte dos países limítrofes servem como uma demonstração de que o processo de representação da nacionalidade entre países fronteiriços implica a constituição de identidades contrastivas. Na situação aqui enfocada, os comerciantes brasileiros e colombianos expressaram estas identidades em oposição uns aos outros, embora não houvesse contradição entre suas práticas, pois estavam relacionados por conexões mercantis interfronteiriças. As relações de oposição manifesta foram consumadas contra as etnias indígenas, expostas a processos violentos cuja expressão mais dramática foi o etnocídio.

Em tais processos os representantes da etnia Miranha foram forçados a se separar de seu grupo de referência. Foi produzida assim a fragmentação da etnia Miranha, que representou a constituição da identidade Miranha em diferentes países, como Brasil, Peru e Colômbia. Os descendentes dos deslocamentos da etnia Miranha no Brasil reinterpretaram estes processos violentos e reconstruíram sua identidade. Seus depoimentos atuais indicam que não se representam mais como um povo homogêneo, mas como representantes desta etnia que escolheram deliberadamente apresentar esta identidade com relação à política indigenista e a outros atores da sociedade local. Constituem-se assim como membros de grupos étnicos que se terri-

⁴ No relatório de pesquisa “Indigenismo e nacionalidade...” (Faulhaber 1994), foi feita uma leitura sistemática das fontes consulares sobre o assunto, cujas principais implicações serão resumidas no item 1 deste artigo.

⁵ Citam-se, entre outros, os seguintes trabalhos: Pineda Camacho, R. 1993. *La Casa Arana...*; Landaburu, J. & Pineda Camacho, R. 1983. *Tradiciones de la gente del hacha*, p. 25; Guyot, M. 1972. *Le Travail du Caoutchouc...*; Guyot, M. 1979. *La Historia del mar de Danta, el Caquetá*; Guyot, M. 1983. *El relato de O'ioi*.

torializaram nas três Terras Indígenas Miranha brasileiras: Miratu, Méria e Cuiú-Cuiú⁶, conforme se pode verificar no mapa, fornecido pela FUNAI em 1995 (Figura 1).

Foi registrado em depoimentos dos que passaram pelo Japurá no início do século XX, onde já existiam parentes que haviam migrado em momentos anteriores⁷. Moraram algum tempo nas redondezas do antigo seringal Jubará - que fora em um passado recente ponto final dos navios a vapor brasileiros legalizados - residindo às margens do lago do Cuiú-Cuiú. Lembra-se, ainda hoje, de que um navio de nome Marapatá transportava castanha e madeira até Manaus. Como continuaram sofrendo perseguições dos caucheiros colombianos, muitos deles foram morar e extrair castanha no Médio Solimões em duas terras: um castanhal próximo ao lago do Uarini (terra indígena Miratu) e outro no Igarapé de Alvarães, ou Igarapé Grande, em uma localidade no interior da mata onde se situou a terra indígena Méria. Estes três centros Miranha (Cuiú-Cuiú, Miratu e Méria) são caracterizados pela mesma vegetação - o araparizal, que parece proteger a população de invasões, pois se o intruso não conhece onde estão os troncos pode encalhar, danificar a embarcação, ou mesmo naufragar.

⁶ Optou-se neste artigo por utilizar a convenção gramatical brasileira (e não a convenção da Associação Brasileira de Antropologia de 1954) Será colocado no plural, quando for o caso, o nome Miranha, indicando assim que a auto-representação desta identidade é produto de uma decisão de indivíduos de reconhecerem-se em sua origem étnica Miranha, e identificarem-se como representantes deste grupo étnico nas terras indígenas Miranha que existem no Brasil. Quando se refere à etnia Miranha, será empregado o singular. Como a situação de Mayorúnas, Cambebas, Cocamas, etc, no Médio Solimões, é muito semelhante, serão adotados os mesmos procedimentos em relação a eles. Utiliza-se neste trabalho o termo terra indígena tanto quando se trata de terra indígena já identificada pela FUNAI, quanto quando se refere à ocupação territorial por grupos étnicos.

⁷ Foram registrados, mediante pesquisa etnográfica, depoimentos referentes a representações de que os Miranhas *sempre* estiveram pelo Japurá até Tefé, vivendo e viajando por estes rios. Em uma pesquisa etnohistórica realizada previamente a este trabalho, observamos representações sobre a etnia Miranha em toda a história da etnologia sobre a região. Naquele estudo, foi estabelecido um inventário das descontinuidades históricas, que correspondem a diferentes representações sobre a identidade indígena e representações sócio-territoriais e fronteiras étnicas (Faulhaber 1993: 163). Como são mais vivos na memória Miranha os relatos associados aos conflitos fronteiriços e étnicos da "época do caucho" e da história recente da definição da fronteira Brasil/Colômbia, no período compreendido entre meados do século XIX e meados do século XX, é feito no presente estudo um recorte tendo em vistas observar este momento.

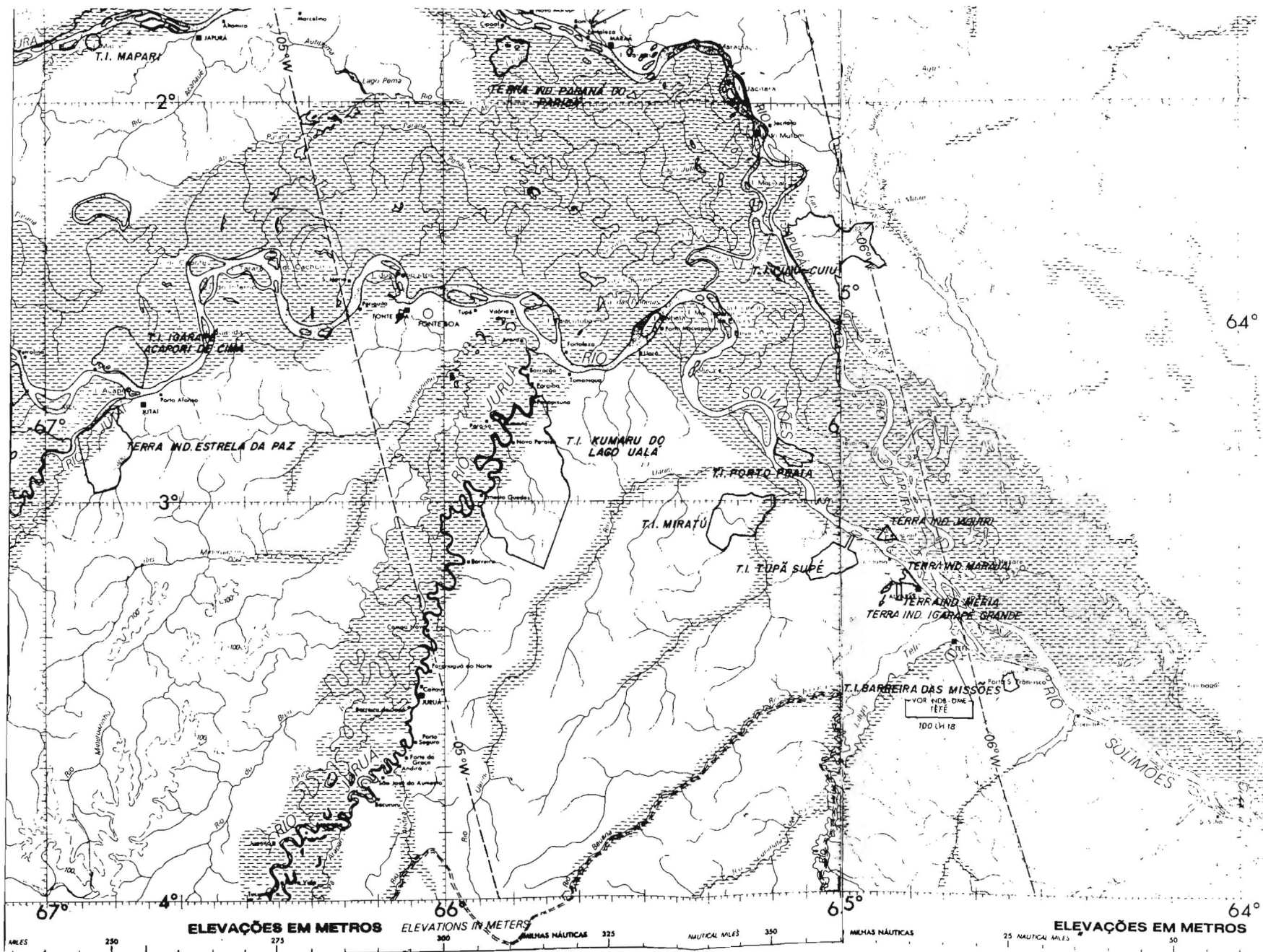


Figura 1 - Mapa de localização das terras indígenas Miranha (Brasil). Fonte: FUNAI, 1995.

Os Miranhas das terras indígenas do Médio Solimões e Japurá afirmam que entregavam a produção ao navio Marapatá, em que viajava Isidoro Sampaio, Inspetor de Índios em Alvarães, que reconheceu as terras indígenas do Miratu e Méria. Esta segunda foi demarcada pelo Serviço de Proteção aos Índios em 1929, com a participação dos Miranhas do Miratu. Como os Miranhas que se lembram destes fatos estão muito idosos⁸, e a maioria morreu, são bastante sutis as linhas que permitem traçar uma correspondência entre os relatos dos índios e os documentos escritos que fornecem pistas para um estudo etnohistórico e uma reflexão sobre a memória social destes índios.

Existem hoje no Brasil as Terras Indígenas Miranhas da Méria (Alvarães), Miratu (Uarini) e do Cuiú-Cuiú, localidade adjacente que foi identificada pela FUNAI em agosto de 1994⁹.

Será feito, a partir deste ponto, um breve resumo da história da ocupação Miranha no Japurá, resultante da leitura de documentos que tratam do assunto, para a seguir serem apresentadas as observações sobre a formação das terras Miranhas no Brasil e, ao final, arrematado o trabalho com algumas considerações sobre o assunto. Será, deste modo, estabelecido um exercício no sentido de cotejar a memória social Miranha e as fontes documentais que se referem ao passado recente de seus deslocamentos sócio-espaciais. Nesta perspectiva, este artigo vem se somar à pesquisa da história indígena e do indigenismo no Brasil

⁸ A memória parece ter-se reativado com a organização das assembléias indígenas lideradas pela UNI-Tefé desde 89. Nestas assembléias eles passaram a se reaproximar dos Mayorúnas, que conheceram quando estes moravam no baixo Japurá. Lourival e Pagão, Mayorúnas do Marajá, foram procurar os velhos conhecidos Miranhas, e estes realimentaram a esperança de ter seu território demarcado, embora houvesse intrusos e mesmo membros do próprio grupo que continuavam negando a existência do território indígena. Máximo, um Miranha da aldeia São Pedro (Cuiú-Cuiú), conta que foi procurar, mas os filhos e netos não lembravam mais as histórias dos veteranos. Máximo perguntou se queriam ser considerados índios, e eles decidiram assumir sua identidade. A predominância é Miranha, mas existem outras etnias. No São Pedro, existem também Mayorúnas e Cambebas. No São Raimundo existem Miranhas que vieram do Solimões.

⁹ Em equipe por mim coordenada. Nesta viagem, quando pela primeira vez se entrou em contato formal com os Miranhas do Cuiú-Cuiú, foram feitas observações apresentadas neste texto. O contato com os Miranhas da Méria e Miratu foi estabelecido desde 1981, em pesquisa para elaboração de tese de mestrado (Faulhaber 1983, 1987a).

OS MIRANHAS NA HISTÓRIA DO JAPURÁ

As referências à etnia Miranha no Japurá¹⁰ na literatura etnológica sobre a região são antigas (Meira 1993), e passam a aparecer sistematicamente a partir do século XVII.

Em informação fornecida pelo prático Eugênio Ribeiro a Carneiro de Mendonça, em carta com a data de 25 de março de 1755 a Mendonça Furtado, consta que acima da primeira cachoeira do alto Japurá, se encontraria o rio Peridáz (este rio se comunicaria com o Ideá, e por ele com o Issá Paraná), onde habitavam índios Peridáz, Miranhas¹¹, Cituazes e Pepirivás.

Mendonça Furtado representava a política pombalina de institucionalização das relações mercantis e do trato com os índios, colocando-se declaradamente contra o que chamava “tráfico” e “contrabando”, ou seja, negócio clandestino, que incluía escravos indígenas. Procurava também relação direta com os “principais”, ou seja, chefes indígenas, e consta que teve contato com os “principais” indígenas do Japurá (Carneiro de Mendonça 1963: 100, 733).

Posteriormente, quando se justificou a posse luso-brasileira sobre este território, alegou-se que o direito sobre a fronteira foi demonstrado, no acordo para a demarcação de 1782, pela presença dos “principais” de vinte e três diferentes tribos dos rios Negro, Içana, Uaupés, Japurá, Içá, Tonantins e os demais da fronteira, acompanhados dos respectivos diretores. Foi considerado, assim, que os índios prestavam “vassalagem” aos portugueses (Brasil 1870: 94), e isto conferiria legitimidade à ocupação portuguesa. Ao considerar que os índios prestavam “vassalagem”, fica implícito nesta informação que eles não podiam deixar de entrar em contato com estes primeiros ocupantes, que conheciam o território (Faulhaber 1994: 14). Este território disputado por Portugal e Espanha foi palmilhado por Requena, que reconheceu em 1797 os estabelecimentos portugueses no Japurá para realizar a demarcação.

¹⁰ A passagem Miranha pelo Japurá foi estudada, recentemente, por Arnaud (1974).

¹¹ Prosseguindo o documento, se lê: “Acima deste rio, até a segunda cachoeira, está o outro rio, cujo nome se ignora, no qual habitam os mesmos Miranhas...” (Carneiro de Mendonça 1963: 321).

Com o fim do Diretório de Índios, a ação protecionista do estado foi também anulada (Beozzo 1983: 71). Passaram a ser registrados os grandes descimentos, no livro de batizados da vila de Nogueira (localizada na margem do lago de Tefé), a partir de 1813. Foram registrados neste livro as seguintes etnias: Yuri, Pica-Flor ou Uainuma, Miranha, Catuquina, Chomana, Pacé, Xama, Mura, Yupiua, Umua, Lituana, Jucuna, Caucena, Yuauna. Tastevin (1926: 638) notou o desaparecimento, no século XX, dos Pica-Flor, Chomana, Xamas e Pacés.

Deslocamentos maciços de população esvaziaram rios como Japurá e Içá (Marcoy 1979: 353). Nações como Umua e Miranha, que deixaram vestígios no Japurá no século XVIII, anos depois tinham-se deslocado para o oriente. Notavam-se ainda, contudo, as subdivisões territoriais Miranha (Miranha-Eretés, Miranha Carapanã, Miranha Pupunha e Miranha Sèges) e as rivalidades mortais entre estas diferentes hostes (Marcoy 1979: 378). Estes vendiam aos brancos prisioneiros de guerra e mesmo crianças comercializadas pelos seus próprios pais (Spix & Martius 1876). A presença de serviçais indígenas que trabalhavam sem remuneração para as famílias ribeirinhas foi freqüentemente adjetivada pelos naturalistas como Miranha. Embora as crianças que não morriam se integrassem à “civilização”, muitos adultos não se habituavam à vida servil no meio urbano e fugiam para o centro das matas onde poderiam “retornar à vida selvagem” (Marcoy 1879: 386).

A existência de leis que proibiam a escravidão indígena, e de diretores e magistrados índios não significava o fim da escravidão, que continuava sendo praticada (Bates 1944: 183). A demanda em Tefé de escravos indígenas servia como pretexto para “expedições sanguinárias” (Bates 1944: 187), segundo consta com a participação Miranha.

Martius descreveu a venda de Mariaté aprisionados em uma operação de guerra por seus inimigos Miranha. Sua expedição retornava da cachoeira de Araraquara, que caracterizou como limite natural entre os domínios de Espanha e um território definido como “terra de ninguém (Spix & Martius 1976: 258), onde viviam hostes em constante guerra umas com as outras.

Tavares Bastos (1975: 208), que defendia o mercantilismo e a livre navegação como princípios contrários às ações clandestinas de traficantes e regatões afirma:

“Dizem que no Japurá se compra um índio por um machado; os próprios pais os vendem aos traficantes. Em Coari, Tefé, Tonantins, São Paulo, encontram-se os Miranhas do Japurá e do Içá reduzidos à servidão de longa data”.

A partir de meados do século XIX, o Japurá foi esquadrihado por seringais e isto representou um movimento migratório para este rio, que então estaria despovoado (Tastevin 1921: 442). Foi a época da formação de “colônias indígenas”, sendo a etnia Miranha submetida a um sistema de exploração do trabalho para a extração do caucho.

O naturalista alemão Koch-Grunberg referiu-se à presença Miranha e sua utilização como domésticos em colônias do Japurá, Tefé (Ega), Caiçara, Coari e outros locais da Amazônia (Koch-Grunberg 1906: 166). No alto Japurá, encontrou cerca de cinquenta caucheiros que viviam ali naquela época. Afirma Koch-Grunberg (1909: 300):

“Eram brancos, mestiços ou índios de sangue puro, parte deles com mulheres Uitoto. Os domésticos, para não dizer escravos, pertenciam às tribos Uitoto, Miranha, Hianakoto, Tsahatsaha e outros. A maioria sofria de dura malária. Quando perguntei à mulher do Plata (um dos donos da casa) se conhecia..., que fora meu remador no alto Cahuinary, primeiro ficou quieta, depois respondeu: É meu pai. Plata a tinha comprado por uma calça”....

Nos documentos consulares, existe copiosa documentação (Faulhaber 1994) sobre o transporte de índios da região entre o Putumayo e Caquetá até o Amazonas. É indicado pela imprensa da época¹² que comerciantes teriam transações ajustadas ano a ano com intermediários - sendo citados entre estes chefes Miranhas e Uitotos. Tais comerciantes estariam sediados em Tefé, Caiçara, Fonte Boa e Tonantins¹³. O rio Japurá é citado

¹² Bogotá, Gazeta Agrícola, 24 de julho de 1880.

¹³ Carta do diplomata colombiano Próspero Pereira Gamba dirigida a diplomata brasileiro, de 24 de janeiro de 1881. Arquivo Histórico do Itamarati/Brasil (AHIB): 282/3/12.

freqüentemente como passagem para estes negócios não regularizados, adjetivados como tráfico, associado à idéia da escravidão indígena. Segundo documento consular brasileiro, o Estado do Amazonas limitava-se a subvencionar uma linha regular de navegação a vapor¹⁴ até o porto do seringal Jubará, que era o ponto final do comércio legalizado. Esta localidade é adjacente à atual terra indígena do lago do Cuiú-Cuiú (Faulhaber 1994: 22).

As etnias Miranha e Uitoto são provenientes da região entre o Putumayo e Caquetá, onde na virada do século XX, o caucho foi extraído empresarialmente pela Companhia da Amazônia Peruana (Casa Arana) - tendo por base um sistema de superexploração e de dominação dos índios que os forçou até à exaustão ao trabalho extrativista.

Em ofício consular brasileiro reservado enviado ao governo do Amazonas, se trata de detalhes referentes à atuação de caucheiros colombianos que, defendendo seus próprios interesses, estariam travando relações comerciais com a Casa Arana (*Amazon Rubber Company*), que monopolizava a exploração do caucho no Peru. Isto teria provocado tensões diplomáticas pois a ação inescrupulosa destes caucheiros produzia uma situação litigiosa e a exaltação dos ânimos nacionalistas na Colômbia e no Peru. É também citada, nos documentos consulares brasileiros, a ação de comerciantes que exploravam a região: Calderón, Zapata e Plata, indicando lugares onde eles e gente sua trabalhavam. Os Calderón venderam as propriedades que tinham nos terrenos desta concessão à Casa Arana de Iquitos, por, segundo foi citado pela imprensa, £ 2.000 (duas mil libras esterlinas). Em 1907, voltaram-se ao Apaporis¹⁵.

Aquilo que era interesse pessoal do empresário do caucho ou da borraça aparecia como ideário nacional: o que era bom para a Casa Arana era apresentado como bom para o Peru. Os caucheiros relacionavam-se com o governo como se fossem defensores da nacionalidade, mas agiam para

¹⁴ Carta de Enéas Martins, embaixador brasileiro em Bogotá, 8 de maio de 1906. AHIB: Missões Diplomáticas Brasileiras (MDB) 204/2/7.

¹⁵ É feito por Gomez (1993) um estudo documental sobre a rede de envolvimento - que envolvia o próprio presidente Reyes - no processo de "traição à Pátria" cometida por estes caucheiros. Rompendo com a Casa Arana, Plata tentou instalar-se no Miriti-Paraná, utilizando, no entanto, os mesmos procedimentos de exploração, e foi assassinado por um índio Letuana (Hildebrand & Cory, citados por Pineda 1993: 180).

defender as suas próprias idéias. No quotidiano da fronteira, os princípios liberais e nacionalistas não apareciam, e a única barreira para a ganância de um caucheiro eram as ambições dos outros caucheiros. Isto ocorreu com os colombianos que serviram como intermediários da Casa Arana, negociando assim uma parte de território considerado pelos civilistas colombianos como Colômbia, e por isto condenados em processo judicial por “traição à Pátria”.

A tensão político-diplomática desembocou em episódios de conflito armado (1908 e 1911) na Pedrera (localidade próxima à atual fronteira Brasil-Colômbia) entre colombianos e peruanos, devido a pretensões de ambas as partes do domínio sobre a região do Putumayo até o Caquetá. Haveria, na região colombiana do Caquetá em 1911, aproximadamente 300 fugidos do Putumayo e dos maus tratos no trabalho do caucho infligidos pelos capatazes da Casa Arana (Rozo 1911: 300). Apesar das denúncias de participação dos comerciantes brasileiros em negócios escusos, as relações diplomáticas do Peru e Colômbia com o Brasil eram amistosas, mesmo porque ambos os países tinham interesse na livre navegação até o Atlântico. Encontram-se documentos consulares em que se registra que Rio Branco e o corpo diplomático brasileiro evitaram participar das negociações clandestinas que resultaram em conflitos entre estados. Contudo, diplomatas brasileiros pareceram mais simpáticos ao Peru que à Colômbia (Faulhaber 1994). Foi registrado também que o governo brasileiro recomendou a ordem de prisão preventiva de Fonseca e Montt, dois refugiados de ordem de prisão expedida na Colômbia, dentro do processo criminal contra os colombianos envolvidos com a Casa Arana. No entanto, a ordem não foi cumprida pelos policiais locais¹⁶.

Os caucheiros colombianos com estabelecimentos no Brasil transportavam Miranhas até o Japurá brasileiro, e como os submetiam a explorações, estes se teriam refugiado no Jubará. Como ali era um porto de passagem, onde eram ainda perseguidos pelos caucheiros colombianos, posteriormente migraram para o Miratu e Méria, como foi relatado pelos

¹⁶ Conforme registrado no documento “Further correspondence respecting the Affairs of South and Central America part VIII. Foreign Office to Consul Michell (Iquitos) 26 de fevereiro de 1912. Public Recor Office. Londres.

Miranhas que hoje vivem no Médio Solimões e Japurá, conforme será apresentado no item seguinte.

MEMÓRIA SOCIAL

Nos seus relatos, os Miranhas apresentam diferentes versões sobre a história das terras indígenas Miranha Miratu no lago do Uarini, (Município de Uarini/AM), Méria no Igarapé Grande (Município de Alvarães/AM), e Cuiú-Cuiú, no Japurá, município de Maraã¹⁷. Estes relatos apresentam ambigüidade pois indicam ora que as terras foram formadas pela participação dos próprios índios no comércio de escravos indígenas, ora por iniciativa de homens livres foragidos, que teriam vínculos anteriores de servidão ou escravidão.

Os limites territoriais são sociais e aqueles que os rompem, ameaçando os interesses do grupo, são considerados invasores.

Foram estabelecidas estratégias de ação conjunta como as alianças entre diferentes grupos organizados etnicamente, como os Miranhas de Méria e Miratu. Constituíram-se alianças a partir de interesses comuns como a garantia dos limites territoriais dos grupos, associadas ao exercício da identidade indígena, que emerge enquanto processo social ligado à mobilização política dos diferentes grupos indígenas. Os Miranhas do Miratu e Méria se aliaram e se mobilizaram em função da garantia de seus limites territoriais e nesta mobilização apresentam uma representação de fronteira, na prática de firmar limites entre seus territórios e as propriedades vizinhas, e de sua garantia através de “limpeza do pique” (caminho no meio da mata que separa uma terra da outra), que fazem esporadicamente. Serão apresentadas a seguir informações sobre a formação das terras indígenas da Méria, Miratu e Cuiú-Cuiú, que foram reconhecidas pela política indigenista brasileira.

¹⁷ Enquanto as duas primeiras áreas foram reconhecidas pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio, entre as décadas de 20 e 30, a terra indígena do Cuiú-Cuiú foi identificada apenas a partir dos anos 90. Na exposição que se segue, apresenta-se um resumo da formação das terras Miranhas Méria e Miratu, para a seguir apresentar as representações dos Miranhas do Cuiú-Cuiú, em relação com a sua territorialidade.

Méria

Francisco Faria (Chico Preto), antigo capitão da Méria, em entrevista realizada em abril de 1989, contou que seu pai, o Uitoto Inácio Antônio do Paê, “comprava gente e trocava gente por machado, enxada, conta, espelho”, e deste modo, “ele criou uma tribo”, a Méria. Muitos índios, no entanto, não se acostumavam ao trabalho forçado nas aldeias¹⁸ e fugiam para o mato, procurando também trabalho e atividades de sobrevivência nos centros urbanos ou junto à população rural. Inácio era índio Uitoto e deslocou-se no início do século de Araraquara, cachoeira localizada dentro da Colômbia, para o Brasil, onde se “amasiou” com uma filha de Miranhas do rio Traíra, também da Colômbia. Chico Preto nasceu em 1905 e se casou com D. Nêga (Josefina Gonçalves), filha de Ricardo, um índio Uitoto de Santo Antônio do Içá, do “Estado do Encantado”¹⁹.

Chico Preto conta que a Méria foi formada a partir da relação entre o SPI, a família Gonçalves - dos maiores comerciantes da cidade de Alvarães - e o Uitoto Inácio Faria. Os Gonçalves vendiam a castanha para o “Seu Sempre”, que era comerciante em Manaus, e comprava castanha em toda a região, e a transportava para Manaus no navio de nome Marapatá²⁰. Chico Preto também foi “capitão” da “aldeia” Méria, nomeado pelo SPI²¹. Mas acabou abandonando o cargo, mudando-se para uma casa comprada pela filha, em Alvarães²².

¹⁸ “Depois, estes índios se espalharam todos por aqui” (Alvarães/AM).

¹⁹ Embora D. Nêga, com mais de 80 anos, parecesse com muita dificuldade de lembrar os fatos de um passado distante, pelo que contou seu pai era índio Uitoto da Colônia El Encanto, localizada no rio Putumayo, na Colômbia, um dos principais centros administrativos da Companhia da Amazônia Peruana, ou Casa Arana (Hardenburg 1912: 181).

²⁰ Conta Chico Preto: “Manoel Gonçalves atiçava. Ele era o nosso patrão. Ele atiçava meu pai para tomar conta, para fazer a aldeia, para o terreno ser do governo e o patrão explorar... Meu pai era muito bom, e muito ruim também. Aí ele ficou como capitão... O Isidoro Sampaio é quem deu a nomeação, porque ele era delegado dos índios. O interesse do Manoel Gonçalves era comprar castanha... O SPI era federal aquilo já. Depois terminou. Mandou demarcarem, fazerem a estrada”.

²¹ Portaria nº 27, de 16 de junho de 1927.

²² Conta ele: “O pessoal de lá era muito desobediente. Não atendia o que a gente falava. Gente bruta com outro bruto, não dá certo. Aí cansei, e vim para cá”.

Em relatos de outros índios, temos outras versões da formação da Méria. Contam que foi formada por índios que não queriam mais ser escravos, e fugiam para lá²³. Contam que, mesmo após o reconhecimento da terra indígena, houve épocas em que havia perigo da aldeia terminar, e outras épocas em que os brancos instalaram um “barracão” dentro da terra indígena, desenvolvendo atividades de aprisionamento da mão de obra indígena através do aviamento de bebidas alcoólicas, que não seriam permitidas pelo SPI²⁴. Segundo estes relatos, os índios não foram passivos e rebelaram-se contra o exercício da dominação ilimitada, e liderados por chefes como Joaquim Ferro, reuniram-se e organizaram-se politicamente no sentido da garantia dos limites territoriais da terra indígena²⁵.

Estas formas de interação se estendiam a outras terras indígenas, como com os Miranhas do Miratu, com os quais os índios da Méria tinham comunicação. Iam por terra, “varando” (abrindo caminho) pelo meio da mata. Eles se comunicavam através do trocano, um grande tambor de origem Miranha. Eles se cumprimentavam na “gíria” (língua indígena), e se tratavam por “mano”. Mesmo depois da demarcação, pelo SPI, no entanto, a Méria continuou sofrendo invasões. Contam que vinham os “pega-pega”, atrás dos índios e os índios fugiam, sumiam no meio do mato para não serem pegos.

O atual “tuxaua” (segundo termo local) da terra indígena Méria é Gersino Faria, também filho de Chico Preto. As ambigüidades das diferen-

²³ Gersino, filho de Chico Preto, atual tuxaua, conta que “chegaram fugidos de lá, vieram para não se acabarem por aí. Metade veio do rio Içá. Ricardo, Antônio Arrepiado, Lauriano, Rafael e João Mutum eram Uitotos de Santo Antônio do Içá. João Mutum, Lindolfo e João Antônio Grande eram Miranhas. Mateus era da nação “Araraquara” e Augustinho era Macu. Joaquim Beruri e Raimundo são filhos de Augustinho”. Em Landaburu, encontra-se a referência de que um grupo de Carapanãs (Miranha) vivera na Cachoeira de Araraquara. Segundo representações Andoque, este grupo hoje estaria extinto por causa de ter comerciado demais com os brancos (Landaburu 1979: 14)

²⁴ Dizem que no tempo de um tuxaua chamado Chico Diabo, “os brancos queriam tomar. Era o finado Ataíde e a finada Orípia, que queriam tomar isto aqui...Então, tinham um barracão aqui dentro da Méria...Mas muitos índios se rebelaram e mataram o branco. Joaquim Ferro foi escolhido como capitão e neste tempo “chegou todo este pessoal lá deles, lá de cima, chegaram já de lá, de Santo Antônio do Içá.

²⁵ Contam que porque como os brancos queriam tomar a terra da Méria, Joaquim Ferro “mandou chamar os índios que estavam espalhados, para reunirem para os brancos não poderem mais tomar”.

tes versões são esclarecidas em parte porque se sabe que existe como fundo para estas diferenças um conflito entre facções aglutinadas em torno da liderança de Vicente e Francisco Faria, dois irmãos que, conforme foi afirmado “há muito tempo não se beijam por causa da etiqueta da terra”. Após uma situação de tensão²⁶, Gersino foi escolhido pelos Miranhas da Méria em 1982, em lugar de Vicente Faria, seu irmão mais velho. Vicente era acusado de agir contra os interesses do grupo, pois exercia atividades mercantis dentro da Área Indígena. Morava na cidade de Alvarães e só ia à Méria na época da castanha, para dizer que “tudo era dele”. Eles se organizaram, procuraram o apoio dos Miranhas do Miratu e também recorreram à FUNAI e à polícia. Após conflitos de alta dramaticidade que envolveram ameaças de morte, Vicente e seu grupo saíram definitivamente da Terra Indígena Méria, mas continuaram morando em Alvarães, onde já tinham residência.

Miratu

A formação da terra indígena do Miratu também teve uma história de conflitos entre os Miranhas e entre eles e os atores externos. Nos relatos Miranhas, verificamos conflitos em que se manifestaram diferentes estratégias, desde pressão armada até o acordo verbal para definir os limites entre seu território e a sociedade envolvente, que foram reconhecidos pela agência protecionista, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI 1928: 218).

Segundo contam, anteriormente não existiriam limites para eles, pois dizem que iam e vinham, utilizavam o espaço livremente. Esta representação de uma “terra livre” não corresponde, contudo, às representações sobre as relações sociais atuais. Nos dias de hoje, vivem em terras reconhecidas pela FUNAI (agência indigenista governamental). Estas terras não estão fechadas, pois os índios mantêm relações constantes com comerciantes, técnicos do governo, agentes religiosos, e outros atores da sociedade nacional.

Os Miranhas do Miratu contam que vieram, no início do século XX, do rio Cahuinari e foram reunidos por José Trovão nas imediações do Lago

²⁶ Analisada em outro momento desta pesquisa (Faulhaber 1987a: 43).

do Uarini onde passaram a definir os seus limites territoriais à medida que outros agentes pretendiam se apropriar das terras e “fazer a terra” de acordo com seus interesses, à medida que o Estado viabilizava a apropriação individual de terras e realizava a demarcação destas propriedades, desde o final do século XIX.

Manduca, que mora no Miratu (e já foi tuxaua), diz que é filho de Gregório Monteiro, ou Paisano. Manoel Antônio era pai de Celestina Rodrigues da Silva, conhecida por Cilica. Quando chegou, ela tinha 15 anos. Era chamado de Paisano porque foi tirado criança da aldeia e criado no meio dos peruanos, trabalhando no caucho. Como foram muito perseguidos, eles reagiram e os colombianos mataram um tuxaua deles, “aí eles debandaram”, e “cada uma foi para um canto”. Eram talvez vinte ou trinta famílias. Manduca cita outros nomes: Gaú, que era Miranha, Alfredo que era Uitoto, e sua mulher. Após instalarem-se no Cuiú-Cuiú, residiram ali algum tempo. Aí foram procurar um lugar que fosse mais protegido, fora da passagem dos colombianos, que os continuavam perseguindo. José Trovão encontrou o Miratu, onde segundo contam já haviam vivido anteriormente alguns índios, mas não “uma nação completa”. Trovão mandou chamar os parentes, e eles passaram a trabalhar ali. Trovão e Paisano negociavam com os Mota, uma família de comerciantes do lago do Uarini, e o navio Marapatá buscava a castanha no Uarini. Isidoro Sampaio, que era inspetor de índios soube que ali havia uma “aldeia”, e veio no Marapatá para falar com os índios.

Adriano, que também já foi tuxaua do Miratu, conta que quando o Trovão foi “buscar a turma no Japurá”, veio o Francisco Cavalcante e o filho, Antônio Cavalcante, Manoel Antônio, Alfredo. Então foram “buscar o pessoal que estava na floresta”. Alguns deles moravam no alto Japurá, e trabalhavam com o Antônio de Matos (um brasileiro branco). Adriano conta que em 1935 tinha doze anos e eles já tinham chegado. Conta também que o castanhal foi arrendado por Isidoro Sampaio para os Mota., que “enganaram os índios”. Eles eram forçados a dar uma parte de castanha para o Trovão, e o restante para os Mota. Os comerciantes vinham no navio Marapatá, e levavam a produção. Não pagavam, e nem facilitavam o trabalho. Limitavam-se a fornecer um pouco de mercadoria em troca da castanha. Adriano considera, no entanto, que a relação com o SPI foi importante para o reconhecimento da terra. Alguns Miranhas começaram também a fazer

regatão no Japurá, como Marcelino Cordeiro, irmão do pai de Lino Pereira Cordeiro, que foi tuxaua após Adriano. Lino foi sucedido por Manduca.

Cuiú-Cuiú

Existem indicações que a localidade Jubará, ponto final da linha regularizada pelo Japurá, funcionava como uma espécie de “feitoria”²⁷, onde índios de diversas etnias trabalhavam para os patrões, e viviam na terra adjacente descendo o Japurá, o Cuiú-Cuiú. Os Miranhas que haviam fugido da casa Arana serviriam como capatazes, pois já tinham experiência de agir como intermediários no sistema de exploração de trabalho em nível empresarial com a Casa Arana. Porém, neste caso, como haviam fugido dos maus tratos dos caucheiros colombianos, parece que se identificavam com os índios que estavam subjugados ao regime de trabalho forçado, e com eles fugiram buscando condições mais livres de vida e de trabalho na Méria e Miratu, que foram reconhecidas pelo SPI. A partir dos depoimentos dos índios que vivem hoje no Cuiú-Cuiú, Miratu e Méria, a terra indígena Cuiú-Cuiú é terra Miranha, que aparece como etnia preponderante, embora nesta terra se encontrem outras etnias.

A sobreposição entre “feitoria” e diretório dos índios aparece implícita nos depoimentos citados. “Feitoria”, “diretório e “curral” (de índios) são termos que aparecem na linguagem destes agentes como forma de falar sobre a ocupação sócio-territorial da região e a formação das terras indígenas. O Jubará corresponde, em termos de documentação fundiária, a um antigo seringal que foi dividido pelos herdeiros quando o patrão morreu. Atualmente existe ainda um antigo barracão, o qual funciona como sede de uma comunidade sem patrões, administrada pelos herdeiros. Foram tomados depoimentos de antigos moradores. Uma viúva não índia conta que morava no Aranapú e vinha com as irmãs para as festas dos índios. Diz que

²⁷ Tastevin assim caracteriza as “feitorias” do Japurá (1921, 26 de agosto: 478): “São estas pequenas feitorias que servem de intermediário entre nossos pobres índios e o mundo civilizado. São elas que recolhem todos os produtos do trabalho dos caboclos e asseguram troca contra os artigos das cidades. Eles assumem aqui importância de um burgo ou mesmo de uma cidade entre nós; e o proprietário adquire uma importância que faz dele um verdadeiro personagem”. Este recebia o título de coronel, que era vendido pelo governo e adquirido mediante compra.

se casou com um branco, mas reconhece que gostava dos índios. Lembra do nome de Miranhas que moravam atrás do Jubará: Trovão, Gregório e Alfredo. Iam por terra até onde moravam os outros índios, onde hoje é o São Pedro. Produziam para o patrão, e trabalhavam muito. O patrão era o Antônio de Oliveira, que chegou em 1901, e substituiu outro chamado Geraldo. Eles colocavam a produção no motor de linha que vinha e voltava para Manaus. O barco chamava Marapatá, e vinha buscar a produção: sorva, castanha, borracha, pirarucu. Era à lenha, e muito maior que os recreios de hoje em dia. Segundo este depoimento, os índios foram embora quando acabou a fatura, e porque o patrão tinha morrido.

Em outro depoimento, de Rondenar de Oliveira, de 82 anos, afilhado do antigo patrão Antônio de Oliveira e sua mulher, foi indicado que quando o patrão morreu, ele tinha 18 anos, logo seriam aproximadamente os anos 30. Conta que aquela época os índios foram embora e ele ficou quase sozinho. A mulher conta que os Miranhas moravam atrás do Jubará e iam trabalhar no Cuiú-Cuiú. Eram muitos, e já estavam lá antes do patrão chegar.

Foi dito que os índios que moravam no Jubará foram embora porque o patrão morreu. No entanto, tudo indica que muitos ficaram no Cuiú-Cuiú. Além disso, foram condições sócio-políticas que levaram os que foram para Méria e Miratu a procurar melhor situação. Entre estes fatores cita-se o debacle da empresa seringalista, que os levou a buscar pontos de mais fácil acesso, e a política indigenista, que com o SPI tinha os objetivos de nacionalização dos territórios, localização de trabalhadores nacionais e incentivo à produção. Cita-se também a perseguição pelos caucheiros colombianos, que teriam mais acesso ao Japurá que ao Miratu e Méria.

Conforme muitos relatos, foram Trovão, Alfredo e Gregório que lideraram a migração. Aqueles que vieram para o Brasil fugindo de caucheiros colombianos encontraram, primeiro no Jubará, e depois no Miratú e Méria, uma situação mais favorável que o trabalho forçado para a Casa Arana: meios de transporte regular e relações entre índios e brancos mais institucionalizadas, possivelmente pela intervenção dos antigos diretórios de índios e missões religiosas. A ação indigenista do Serviço de Proteção aos Índios representou o reconhecimento institucional da existência de territórios indígenas. Mas a discriminação na sociedade local os levou a abandonar

a língua e os antigos costumes, como as festas onde dançavam o machuaí²⁸. Ao mesmo tempo, a ordem econômica reestruturava os espaços coloniais e as populações locais tinham que redefinir seus territórios e suas práticas em uma situação de dominação e pauperização.

Segundo indica o depoimento de Máximo - filho de Manoel Quintino da Silva - o reconhecimento do Miratu e a demarcação da Méria chegaram ao conhecimento dos Miranhas do Cuiú-Cuiú, e eles cultivavam a esperança do reconhecimento de seu território. No entanto, a situação de violência que informava e informa suas práticas provocou a explosão de conflitos²⁹ em que a identidade de índio Miranha apareceu como um estereótipo negativo, fazendo que eles não mostrassem sua face Miranha ou de outras etnias, levando-os a abandonar a língua e mesmo a esquecer de onde vieram e quem eram.

Atualmente, o território Miranha do Cuiú-Cuiú consiste na terra adjacente ao imóvel Jubará. Corresponde às representações sobre terra Miranha, representações estas relativas à instituição da identidade Miranha por uma situação histórico-social, em que os Miranhas são representados como sujeitos a um sistema de trabalho e a uma organização social conflitivos, informados por uma cultura política da violência, enraizada na história da ocupação regional. A existência e especificidade do grupo étnico assim constituído depende de suas relações com o território tribal, que hoje é autônomo à antiga “feitoria”. O Jubará fica fora do atual território

²⁸ Machuaí é, segundo contam, a dança dos “antigos” (Faulhaber 1987b). Martius descreveu uma dança Miranha observada no século XVIII (1976: 22).

²⁹ Um destes conflitos (mais ou menos em 1940) envolveu três irmãos: Domingos, Cassiano e Manoel Quintino. O Cassiano “fez um crime, assassinou o Agripino Zacaria, um branco da boca do Aranapú”. Máximo disse se lembrar “como se fosse um sonho”. Embora estivesse por trás um conflito étnico, a briga foi por causa de uma mulher. Agripino era aleijado de uma mão. “Naquele tempo era punhal e ele furou o cara”. Na hora da prisão, foram os três irmãos presos para Tefé. O Cassiano morreu na prisão, com febre, depois de confessar o crime. O pai do Máximo foi para a Méria com a família, e o Máximo foi estudar no seminário. A mãe Otacília voltou para o Japurá com os irmãos. Máximo ficou estudando em Alvarães, morando com Domingos, pai do Erasmo, e a D. Josefa, mãe do Domingos. Moravam no Cuiú-Cuiú (São Pedro) Joaquim Ferro (que depois foi para a Méria) Manoel Antônio, Maurício, Alfredo, que era irmão do avô de Máximo, Quintino de Oliveira da Silva. Alfredo e Quintino eram Uitoto. Moravam no São Pedro. Os irmãos do Máximo (Florêncio, Sérgio, Raimundo, Francisco), moram hoje no São Pedro.

Miranha, pois é administrado por herdeiros do antigo patrão, e seus moradores não são índios, embora coexistam pacificamente com os Miranhas. Porém, não travam relação mercantil com o Cuiú-Cuiú, e são também dependentes dos regatões.

É muito comum entre eles a afirmação de que *sempre* viveram ali, ou que não vieram do alto Japurá, mas do Baixo Amazonas, ou do Solimões, ou do Jutai, ou do Juruá e Purús³⁰, mesmo entre os que afirmam a identidade Miranha. Como o Cuiú-Cuiú fica relativamente próximo (a um dia e meio de caminhada) do lago de Amanã, parece provável que os Muras do lago de Amanã que foram considerados desaparecidos por Tastevin tivessem algum parentesco com este agrupamento Miranha³¹. Alguns dizem, porém, que são Cocamas ou Cambebas. Pode-se concluir daí que esta terra seria um reduto para aqueles que fugiam do trabalho servil ou escravo nas famílias das cidades, em um caminho inverso à afamada rota do comércio ilegal de índios vindos do alto Caquetá até os centros urbanos brasileiros. Tanto uns quanto outros eram adjetivados como Miranhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os índios Miranhas, Uitotos e tantos outros que conheceram o trabalho no caucho foram forçados a se deslocar centenas de quilômetros do território onde viviam, e assumir diferentes nacionalidades: peruana, colombiana, equatoriana e brasileira, em suma, em lugares onde os caucheiros, seringalistas, comerciantes, intermediários e patrões de uma maneira geral tinham mais poder e acesso à condição de cidadãos. Mesmo após os tratados de

³⁰ Destes três últimos rios, teriam vindo pelo Aranapú, que é um braço do Auaí-Paraná que sai um pouco acima do Jubará e desemboca no Solimões, perto da boca do Juruá.

³¹ Segundo eles, a terra indígena da Vila Nova foi formada com a chegada, do Baixo Amazonas, de dois irmãos, Clarindo e Faustino. Existem divergências sobre a etnia destes dois irmãos. São apresentadas algumas informações de que poderiam ser Mura, conforme, por exemplo, depoimento de Antônio Cavalcante. Marinho, tuxaua geral do Cuiú Cuiú, conta que eles casaram com Miranhas da terra, Faustino com Henriqueta e Clarindo com Raimunda. Afirmam que mais ou menos oitenta anos veio "do Alto" (referência ao alto rio Japurá, ou Caquetá) Jacinta que casou-se com João Sabá. Jacinta contava para a filha, Bermira (casou-se com João Faustino), que veio fugida dos caucheiros, encontrar uns parentes que já estavam lá, e ficou mais de uma semana escondida no mato.

limites válidos contemporaneamente³², verificou-se a persistência do transporte forçado e relações mercantis não regularizadas que incluíam o deslocamento de índios para o trabalho (Rivera 1923: 480-482), através do circuito de tráfico (ou seja, negócio clandestino) difundido pelo intercâmbio entre colombianos do médio e baixo Caquetá com comerciantes brasileiros. Conclui-se da leitura de depoimentos de Miranhas que vivem no Brasil que seus parentes mais velhos migraram na virada do século, fugindo dos caucheiros colombianos, e passaram a trabalhar com comerciantes no Brasil, servindo como intermediários os próprios Miranhas. Inicialmente estabeleceram-se no Japurá, mas como continuaram sendo vítimas de perseguições, muitos procuraram os lagos protegidos por araparizais no Médio Solimões para se fixar.

Segundo os documentos contrários à exploração e à escravidão indígena, os comerciantes diziam que vendiam suas dívidas, mas agiam como se fossem proprietários dos índios, tratando-os como trabalho escravo, em uma época em que já existiam bancos, cálculo monetário e mercadorias manufaturadas. Se existem indicações de que a lei abolicionista não foi cumprida no interior da Amazônia, os depoimentos mostram que sempre existiram aqueles que se mostravam insatisfeitos com a exploração, os maus tratos e a injustiça social e que fugiam em busca de um território mais livre. Não se tratava unicamente de ações individuais, mas em alguns casos foram registrados episódios de revolta coletiva, dos quais a cabanagem, anterior à abolição, é o exemplo mais ilustrativo. Fontes históricas indicam que este movimento popular foi significativo para os Muras, que chegaram até o Japurá (Tastevin 1924: 21), e teve impacto na região de Tefé (Souza 1936). No entanto, os atos de resistência e a legislação anti-escravista não foram suficientes para minar a dominação paternalista, que perpetuou a sujeição dos índios a um sistema de relações hierárquicas.

Na Amazônia brasileira, a instituição indigenista atuava dentro de um projeto de nacionalização e de incorporação dos territórios e da força do

³² A divisória foi completa em 1928, e firmado um novo tratado de limites. Os últimos marcos de fronteira nos rios Taraíra, Apaporis, Santo Antonio e Putumayo foram inaugurados em 1936, durante a gestão de Alfonso Lopes como Presidente da Colômbia, e Getúlio Dornelles Vargas no governo brasileiro (COLOMBIA - Ministério das Relações Exteriores, 1936: 72).

trabalho dos índios (Lima 1992). No Japurá/Solimões, esta política implicou o abasileiramento dos índios que vieram do “alto”.

Nos dias de hoje, muitos daqueles cujos pais foram vítimas das mais cruéis perseguições por comerciantes e caucheiros (brasileiros, peruanos e colombianos) consideram-se brasileiros e não sabem contar de onde vieram os seus pais. Apesar de terem-se identificado como Miranhas, os Miranhas do Cuiú-Cuiú dizem que sempre moraram no Brasil e relutam em reconhecer que seu pais e avós vieram da Colômbia, mesmo depois de escutar relatos de Miranhas que afirmam lembrar-se desta origem. No Miratu e na Méria, no entanto, é mais freqüente a lembrança de fatos ligados à migração desde o rio Cahuinari, afluente do rio Caquetá (como é denominado o Japurá em território colombiano) fugindo dos caucheiros colombianos.

As referências na memória Miranha à figura de Gregório, ou Paisano, que viveu no Jubará e na Méria, levam a traçar um paralelo com acontecimentos similares no Caquetá. Ele dizia que tinha sido tirado criança do Cahuinari, onde vivia, para trabalhar para os caucheiros peruanos no Putumayo, de onde fugiu. A utilização de “órfãos” Miranha, Andoque e Huitoto no trabalho forçado no caucho foi registrada e analisada pela literatura antropológica sobre o Caquetá colombiano em sua significação política e mitológica. É citada pelo antropólogo colombiano Roberto Pineda a figura de Makapamine, um “capitão guerrilheiro” Bora que teria sido “criado” por peruanos, e transformou-se em um símbolo de rebelião ante a opressão do branco. Este mecanismo de simbolização, ainda vigente nas mentalidades dos indígenas do Caquetá é entendido como “um marco de reflexão no contexto das relações de poder regional” (Pineda 1993: 190). A memória Miranha parece operar no Solimões e no Japurá brasileiro dentro de um campo simbólico comum com o indicado por Pineda, ainda que as identidades nacionais colombiana e brasileira sejam contrastivas.

As informações fornecidas pelos depoimentos de Miranhas brasileiros indicam que a vivência da nacionalidade é importante para a constituição da identidade Miranha no Japurá e Médio Solimões, e diz respeito à dimensão étnica das fronteiras político-administrativas, na época do apogeu da exploração do caucho, quando as fronteiras entre Peru, Colômbia e Brasil foram definidas. Ser Miranha no Brasil, no entanto, parece indicar a auto-representação de diferença face aos indivíduos da mesma etnia na

Colômbia, embora se expressem sinais de uma identificação, nem sempre explicitada, entre eles, visto que reconhecem situações sociais semelhantes.

A atuação da instituição indigenista brasileira - o SPI - na fronteira Amazônica significou, na década de 30, o reconhecimento, no Médio Solimões das terras Miranha de Méria e Miratu, na mesma época que foram colocados os marcos de fronteira entre Brasil e Colômbia. No entanto, estes índios eram excluídos do mercado, servindo os próprios índios e inspetores de índios como capatazes, feitores e agentes interventores das relações de trabalho e da exploração comercial. Mas isto não quer dizer que o resultado tenha sido a assimilação total das etnias autóctones. A possibilidade do reconhecimento territorial a partir da organização indígena dos anos 90, levou-os a apresentar um território imaginado como terra Miranha, exatamente em um ponto do Japurá, o falado caminho dos comerciantes e dos negócios clandestinos. A memória social é uma forma de auto-representação do grupo no sentido da constituição da identidade e da criação de bases territoriais de existência. No entanto a própria condição - historicamente constituída - de sua sujeição, produz uma identificação, ainda que recalcada, com os "estrangeiros", e leva muitos deles a guardar viva a memória das antigas lutas, e isto os anima a revelar sua alteridade e individualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNAUD, E. 1974. Os Índios Mirânia e a expansão luso-brasileira (Médio Solimões-Japurá, Amazonas). *Bol. Mus. Para Emilio Goeldi*, nova sér. Antropol. Belém (74): 1-48.
- BASTOS, T. 1975. *O Vale do Amazonas*. São Paulo (Brasiliana, 106).
- BATES, H.W. 1944. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo, CEN.
- BEOZZO, J.O. 1983. *Leis e Regimentos das Missões - Política Indigenista no Brasil*. São Paulo, Loyola.
- BRASIL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. 1970. Relatório acompanhado de Anexo "Estado das Questões Pendentes entre o Brasil e os Estados Unidos de Colômbia sobre Limites e navegação fluvial. Discussão entre a missão especial do Brasil e o governo dos mesmos estados" (contendo um arrazoado do Barão de Cotegipe, a transcrição de todos os documentos relativos à missão Nascente de Azambuja, uma memória de Duarte da Ponte Ribeiro e três mapas da região discutida) 302 p.

- CABROLIÉ, A. (s.d). *Notas e impressões de uma viagem ao Japurá*. Arquivos Privados de Chevilly LaRue, 138 Al. manuscrito.
- COLOMBIA. Ministério das Relações Exteriores. 1936. *Arreglo de Limites entre la República de Colombia y la República de los Estados Unidos do Brasil*. Colombia, Oficina de Longitudes e Fronteras/Editorial de Litografia.
- FAULHABER, P. 1983. *Índios Civilizados: Etnia e Alianças em Tefé*. Brasília, UnB. Tese de mestrado.
- FAULHABER, P. 1987a. *O Navio Encantado: Etnia e Alianças em Tefé*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- FAULHABER, P. 1987b. *Entrosando. Questões Indígenas em Tefé*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- FAULHABER, P. 1993. *O lago dos espelhos. Um estudo antropológico das concepções de fronteira a partir do movimento dos índios Tefé/AM*. Campinas, Unicamp. Tese de doutorado.
- FAULHABER, P. 1994. *Índios e Fronteiras no "Divortium Aquarium" Japurá-Caquetá/Içá-Putumayo*. Relatório de Pesquisa. Museu Paraense Emílio Goeldi. out.
- GOMEZ, A. 1993. Traicion à la Patria. *Univ. Hum. Hist. Colombia* 22 (37): 6-24.
- GUYOT, M. 1972. Le Travail du Caoutchouc chez les Indiens Bora et Miraña. *J. Soc. Amer.* Paris, 61: 177-214.
- GUYOT, M. 1979. La Historia del mar de Danta, el Caquetá. Una fase de la evolución cultural en el Noroeste Amazónico. *J. Soc. Am.* Paris 66: 99-124.
- GUYOT, M. 1983. El relato de O'ioi. *Amazônia Indíg.*, 3 (6): 3-10.
- KOCH-GRUNBERG, T. 1910. *Zwei Jahre unter den Indianern - Reisen in Nordwest Brasilien 1903/1905*. Berlin, p. 299-305-, 413. Tradução de Daynéa Faulhaber Barbosa.
- LANDABURU, J. 1979. *La langue des Andoke. (Amazonie Colombienne)*. Paris, Société d'Etudes Linguistiques et Anthropologiques de France.
- LIMA, A.C.S. 1992. Um grande cerco de paz. Poder tutelar e Indianidade no Brasil. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. Tese de doutorado.
- MARCOY, P. 1879. *Travels in South America 1875*. London, Blackie & Jon.
- MEIRA, M. 1993. *Livro das Canoas. Documentos para a história indígena da Amazônia*. São Paulo, NHII/USP/FAPESP.
- MENDONÇA, C. 1963. *A Amazônia na era pombalina*. v.1. Rio de Janeiro, IHGB.
- PINEDA, R.C. & LANDABURU, J. 1984. *Tradiciones de la gente del hacha: mitología de los índios andokes del Amazonas*. Bogotá, Instituto Caro u Cuervo/UNESCO.

- PINEDA, R.C. & VARGAS, H.L. 1982. *Etnohistoria del Gran Caqueta*. Bogotá, Banco de la República.
- PINEDA, R.C. & VARGAS, H.L. 1995. *La Casa Arana (1902-1932). Un enfoque etno-histórico del proceso extractivo del Caucho en el Amazonas Colombiana* Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, Departamento de História. Tese de mestrado.
- RIVERA, J.E. 1923. *Informe de la Comission Colombiana de límites con Venezuela al Ministro de Relaciones Exteriores*. Manaus, 18 de julio de 1923. Arquivo Nacional de Colombia, Sección República - 731. in fol. 78-85.
- SOUZA, I.G. 1936. O Centenário da Cabanagem - o que foi ela em Tefé. *O Missionário*. Tefé, 16: 41-43, out.
- SPIX, J.B. & MARTIUS, C. F.P. 1976. *Viagem ao Brasil - 1817/1820*. v.3. Melhoramentos/INL.
- TASTEVIN, C. 1921. Une Course Apostolique au Fleuve Japoura-Caquetá. In: *Les Missions Catholiques*. 19 agosto 1921 a 4 novembro 1921. Lion, p. 392-527.
- TASTEVIN, C. 1924. Les Indiens Mura de la Région de l'Autaz (Haut-Amazone). *L'Anthropologie*, 33: 509-533.
- TASTEVIN, C. 1926. A Formação de uma aldeia do Solimões (Nogueira). *Rev. Mus. Paul.*, São Paulo, 14: 635-649.
- TASTEVIN, C. 1928. La région du Moyen- Amazone ou Solimões (Brésil). *La Géographie*. Paris, Extrait des numéros de nov.-déc. 1927: 1-23.
- TASTEVIN, C. 1943. *The Midle Amazon: Its People and Geography - Eleven Articles by Constant Tastevin*. Washington, Office for Emergency Management/ Coordinator of Inter-American Affairs.
- TAUSSIG, M. 1983. Cultura do Terror e Espaço da Morte na Amazônia. *Relig. Soc*. Rio de janeiro, 10: 49-64.

Recebido em: 20.08.95
Aprovado em: 02.02.96